

Índice

Introdução	
O século ártico	13
PRIMEIRA PARTE	
<i>Mare nostrum</i>	
O homem que sussurrava às morsas	23
O monge que veio do gelo	32
A caixa multibanco do czar	49
Uma pepita para Abramovich	80
SEGUNDA PARTE	
<i>Europa boreal</i>	
O autarca e o exército russo	101
O arquipélago que escalda	118
No comboio de Greta	134
TERCEIRA PARTE	
<i>American Rush</i>	
O pastor e o blindado	151
Rapsódia gronelandesa	177
O escaravelho de Bering	215
Agradecimentos	249

INTRODUÇÃO

O século ártico

Existia o “espírito do Ártico”, um excecionalismo aclamado pelo célebre discurso de Mikhail Gorbatchov em 1987 em Murmansk, diante dos marinheiros da Esquadra do Norte: “Façamos pelo menos do Polo um polo de paz”, disse Gorbatchov, dirigindo-se indiretamente a Ronald Reagan e advogando o desarmamento dos mísseis de médio alcance instalados na região polar. As regras de um compromisso especial nas relações árticas mantiveram-se, no essencial, até à invasão russa da Ucrânia em fevereiro de 2022. *High North, low tension*, era o mantra. Era-o apesar de entre os países que orlam o Ártico figurarem duas potências — a Rússia e os Estados Unidos —, que se enfrentavam de várias maneiras há mais de setenta anos, impelidas ambas pela mesma “missão histórica”: a da expansão da sua influência e da sua supremacia. Esses confins polares compartilhados pela NATO e pela Rússia funcionavam mais como elemento de dissuasão do que como incentivo para uma confrontação militar. Havia um compromisso de colaboração e manutenção da estabilidade, embora o oceano de gelo fosse o mais candente cenário da Guerra Fria, onde os submarinos nucleares se perseguiam como o gato e o rato.

Quando nasceu em 1996, o Conselho Ártico não era mais do que uma declaração de boas intenções pacíficas entre os oito países nos litorais do oceano glacial — além da Rússia e dos Estados Unidos, o Canadá, a Noruega, a Islândia, a Dinamarca (através da Gronelândia), a Suécia e a Finlândia —, dispostos a sentarem-se à volta da

mesma mesa para cooperarem em torno de questões ambientais, como as consequências das alterações climáticas, e relativas à pesca, à navegação e aos direitos dos povos nativos. Não se discutiam questões de segurança, porque o conselho não era uma organização internacional, mas um fórum intergovernamental. Durante anos, o Conselho Ártico passou despercebido, com as suas reuniões em que participavam diplomatas de segunda linha, próximos da reforma. Mas, à medida que o gelo se derretia, que começavam a circular estimativas sobre riquezas exploráveis cada vez mais acessíveis e se anunciavam rotas árticas — atalhos marítimos providenciais para a globalização, como alternativas às cada vez mais instáveis passagens de Suez e do Panamá —, chegaram peixes mais graúdos: ministros dos negócios estrangeiros, de Serguei Lavrov a Hillary Clinton. E os países que aspiravam a ganhar peso na cena mundial faziam verdadeiros malabarismos para serem admitidos como observadores no clube boreal. Em primeiro lugar, a China, que para a ocasião inventou uma nova identidade geográfica: a de país “quase ártico”. Assim, uma região, relegada desde sempre para as margens da Grande História da humanidade, passava de súbito a gozar das luzes da ribalta e a ocupar um lugar central no palco dos interesses e apetites globais.

Mas a palavra “conflito” continuava a ser um tabu cuidadosamente observado, talvez por superstição ou hipocrisia. A exceção ártica mantinha-se ao abrigo do escudo de fórmulas diplomáticas que funcionavam como exorcismos: “cooperação”, “estabilidade”, “diálogo”.

O espírito de Gorby resistiu a muitas tempestades. O Ártico continuou a ser um lugar especial, em parte porque é o totem da luta contra o aquecimento global, a fração do planeta que por ele paga o preço mais alto, e onde as consequências da nossa *hubris* se revelam mais extremas. E também porque a hipótese de uma guerra parecia, pura e simplesmente, inconcebível, que mais não fosse devido a essas mais de três mil ogivas nucleares com que Vladimir Putin vigia os seus 24 mil quilómetros de costa polar. As crises internacionais detinham-se à porta do Conselho Ártico. Os Estados Unidos e a Rússia continuavam a falar-se, estudavam juntos o degelo do *permafrost*, a diminuição da população de ursos polares, a deterioração do ecossistema marinho. As guardas costeiras dos países árticos continuavam a compartilhar códigos de navegação visando combater os

novos perigos gerados pelo aumento do tráfico comercial e turístico. Cientistas noruegueses e russos colaboravam na preservação de reservas de bacalhau no mar de Barents, embora ao mesmo tempo cada um dos dois países prendesse espões do outro encarregados de roubar segredos estratégicos árticos. Lembro-me dos artifícios retóricos em certas conversas com políticos e diplomatas durante os anos em que — quase mais pioneiro do que repórter — comecei a descrever a partir do terreno a avassaladora transformação do Ártico. Parecia-me muito claro que a realidade acabaria por se impor ao fogo de vista dos bons propósitos oficiais: aquela região frágil estava destinada a ser disputada pela força, porque não existem princípios nem acordos capazes de garantir a paz na única região do planeta ainda por explorar, que encerra recursos cobiçados por um mundo faminto e essenciais como meios apostados em sustentar o modelo capitalista de crescimento perpétuo. Ao longo da história os homens nunca ficaram de braços cruzados diante da possibilidade de se apoderarem de um novo continente — como sucedeu nos tempos da descoberta da América —, de um Novo Mundo transbordante de dons divinos. Não basta derrubar estátuas de Cristóvão Colombo para se anular a cultura do império e da dominação, nem pensar que o colonialismo foi deixado para trás pelo simples facto de os novos colonizadores empregarem palavras mansas como “resiliência” e “inclusão”. Já em 2013, quando Donald Trump ainda se limitava a querer comprar um campo de golfe na Escócia, eu falava da Grönelândia como de um futuro “Congo Boreal”.

Apesar de tudo, o chamado “pacto do gelo” entre os Oito sobreviveu até mesmo à anexação russa da Crimeia em 2014. Não se passou o mesmo com a invasão da Ucrânia, que marcou um antes e um depois na história do Ártico. Em 2022, sete países do Conselho Ártico suspenderam toda a colaboração com a Rússia, que além do mais ocupava a presidência rotativa do clube e possui 52 % das costas polares. O Ártico fraturou-se e o tabu da guerra foi quebrado; terminou a exceção do Grande Norte “condenado à paz”, e surgiram dois, condenados a enfrentar-se. *High North, high tension*: o novo mantra. Com a entrada na NATO da Suécia e da Finlândia, o Conselho Ártico passa a ser inteiramente euroatlântico e *de facto* o braço político da NATO, que controla agora metade da região e tem

o seu centro de gravidade no Grande Norte. Entretanto, a Rússia alentou a formação de um bloco ártico alternativo sob a bandeira dos BRICS. “Depois da Ucrânia, tudo mudou. Doravante a questão não é a de se haverá um conflito na região polar, mas a de como o evitar”, disse-me Angus King, senador independente do Maine. “O que está em gestação no teto do mundo é um problema de segurança nacional para cada um dos países ocidentais.” A atenção dos *media* e da política está posta no mar Negro, mas as marcas a vermelho nos mapas dos generais da NATO assinalam as bases russas no mar Branco, as manobras chinesas no estreito de Bering e os corredores submarinos entre o mar de Barents e a Gronelândia. Sobretudo, depois da reeleição de Trump, compreendeu-se que o que está realmente em jogo não é tanto a resolução do conflito na Ucrânia como a repartição do Ártico, ou seja, do seu capital energético, mineiro, marítimo e geográfico. Já quando no seu primeiro mandato Trump propôs a compra da Gronelândia, os que se ocupavam do desafio ártico sabiam que a proposta não era uma ideia de promotor imobiliário, mas correspondia a uma convicção amplamente partilhada por muitos círculos de Washington, para os quais o futuro papel dos Estados Unidos no Grande Norte passa por essa imensa ilha de gelo, mais próxima de Nova Iorque do que de Copenhaga. E confirmou-o a atividade musculada da administração Biden contra a China na Gronelândia, onde o controlo militar dos Estados Unidos se mantém desde os anos cinquenta. Em três anos, toda a ambição por parte de Pequim de adquirir minas e contratos para a construção de infraestruturas foi anulada, por meio de um exercício de pressão sobre o autogoverno inuíte e sobre a Dinamarca, em cujo reino a ilha da Gronelândia representa 98 % do território.

Os Estados Unidos abriram uma sede diplomática na liliputiana capital Nuuk, deram início à instalação de uma nova base militar além da de Thule e outorgaram a Bill Gates e a Jeff Bezos uma concessão permitindo a exploração de uma enorme jazida de terras raras no noroeste da ilha.

“Sem dúvida, este não é o século chinês, mas o século do Ártico. O que acontecer na Gronelândia terá um impacto sobre as nossas vidas”, disseram-me no Departamento de Estado em fevereiro de 2024. A seguir veio a banalidade imperialista de Trump, a gíria da

sua política belicista, a pistola em cima da mesa como método de negociação. A ameaça de anexação da Gronelândia, com os seus 57 mil inuítes, “se necessário pela força”, confirma que os Estados Unidos estão dispostos a tudo para não ficarem fora do século ártico.

A Gronelândia, com os seus 15-20 % das terras raras do planeta, representa a possibilidade de uma emancipação da dependência do monopólio chinês.

Significa recuperar de um só golpe o tempo perdido relativamente à Rússia, enquanto potência histórica do Ártico: é aí que Putin exhibe quarenta e dois quebra-gelos nucleares frente aos dois dos Estados Unidos, foi aí que concentrou a sua força não-convencional, capaz de atingir o território norte-americano com mísseis de curto alcance, e é aí que o czar, graças à mudança climática, possui por fim esse mar que faltou sempre ao Império Russo.

A partir do seu *mare nostrum* russo, Putin pode projetar as suas ambições, uma vez que a sua esquadra, a partir das águas polares, pode conectar-se rapidamente tanto com o Atlântico como com o Pacífico.

No Grande Norte russo, Putin protege — de armas nucleares na mão — o seu cofre-forte de gás e de petróleo: a sua “caixa multi-banco”, como lhe chamam no Departamento de Estado.

Quando Biden aventou um “possível conflito” em torno do controlo do Ártico, Putin respondeu como se se tratasse de uma declaração de guerra: “Partiremos os dentes de quem quer que se atreva a desafiar a nossa soberania. Que a NATO saiba que o Ártico não existe sem a Rússia nem a Rússia sem o Ártico.”

À mesa das negociações visando pôr fim ao conflito na Ucrânia, havia um convidado não de pedra, mas de gelo. A partir do encontro de Riad, os negociadores americanos e russos não esconderam que aquilo que estava realmente em jogo eram, sobretudo, os seus respectivos interesses no Ártico. Para Putin, a condição do início de uma nova fase político-empresarial com a América de Trump era que fosse permitido o regresso das empresas americanas às instalações de extração de petróleo e gás natural liquefeito abandonadas pelos Estados Unidos em 2022, com a entrada em vigor do maior pacote de sanções da história. Em contrapartida, Putin deu luz verde a uma eventual agressão imperial americana contra a Gronelândia. Fê-lo